



Brasília-DF, 30 de setembro de 2025



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a ministra das Mulheres, Márcia Lopes, fizeram a abertura oficial do evento, que reúne, até o dia 1º de setembro, em Brasília, cerca de quatro mil mulheres de todo o país.



Com o lema “Mais democracia, mais igualdade e mais conquistas para todas”, a Conferência é um amplo processo democrático e participativo promovido pelo Ministério das Mulheres e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Entre as diversas pautas que serão debatidas nos próximos três dias de atividades estão: o combate a todas as formas de violência contra as mulheres, a igualdade salarial e de oportunidades no mercado de trabalho, políticas de cuidado para filhos e familiares, o atendimento público à saúde da mulher, a ampliação de creches e o acesso à educação de qualidade.

CNTI participa da 5ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres

O evento reúne em Brasília, até o dia 1º de setembro, cerca de quatro mil mulheres de todo o Brasil



As diretoras da Confederação Nacional dos Trabalhadores indústria – CNTI, Sonia Zerino, diretora para Assuntos do Trabalho da Mulher Juventude e do Idoso e a Secretária Adjunta para assuntos da Mulher, Juventude e Idoso, Luci Parmejani, as diretoras da representação Profissional e Internacional, Ivete de Fátima Vargas e Cleoni Bortolli Salviano, além do presidente e a diretora financeira da Federação dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem de São Paulo, Sr Nivaldo Parmejani e Jati Aparecida, participaram na manhã desta segunda-feira (29/09), da cerimônia de abertura da **5ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres**, realizada no Centro de Convenções Internacional do Brasil em Brasília.



Em sua fala de abertura, o presidente Luiz Inácio Lula destacou que a Conferência é um marco histórico após um período de retrocessos que o Brasil viveu, é uma resposta às tentativas de silenciar as mulheres e a voz feminina principalmente após o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016. “Essa conferência é também um grito contra o silêncio. Um grito pela liberdade das mulheres falarem o que quiserem. Não há democracia plena sem a voz das mulheres. De todas as mulheres: pretas, brancas, indígenas, do campo e da cidade, trabalhadoras, domésticas, empresárias, profissionais liberais, que trabalham fora ou se dedicam a cuidar da família”, afirmou o presidente.



Brasília-DF, 30 de setembro de 2025

Organizada pelo Ministério das Mulheres, a Conferência representa um momento histórico de retomada da democracia participativa, do fortalecimento da cidadania, do reconhecimento da igualdade de gênero e da ampliação de direitos. A ministra das Mulheres, Márcia Lopes, reforçou que a Conferência representa um verdadeiro momento de vitória de todas as mulheres brasileiras. “Hoje, nós celebramos um momento histórico. Um marco na caminhada das lutas do movimento organizado das mulheres. Tentaram nos calar, mas não conseguiram. Essa conferência é a realização de um sonho coletivo, sonhado e construído juntas, que ganha vida graças à mobilização que percorreu todo o Brasil e trouxe até aqui milhares de mulheres”, disse a ministra.



“Hoje, somos mais de quatro mil mulheres reunidas que, de maneira democrática e plural, vão debater e propor diretrizes para o Plano Nacional de Políticas para Mulheres. Um plano que servirá de guia para o governo federal, para todos os estados e municípios, fortalecendo a construção de um Brasil soberano, justo e inclusivo”, reforçou a ministra.

Sanção da ampliação da licença-maternidade

Durante a abertura do evento, o presidente Lula sancionou o Projeto de Lei nº 386, de 2023, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e prorroga a licença-maternidade em até 120 dias após a alta hospitalar do recém-nascido e de sua mãe, e a Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, para ampliar o prazo de recebimento do salário-maternidade.

Lula também sancionou o Projeto de Lei nº 853, que institui a Semana Nacional de Conscientização sobre os Cuidados com as Gestantes e as Mães. A Semana dará ênfase aos primeiros mil dias, que compreende o período da gestação até o segundo ano de vida do bebê, de forma a estimular o desenvolvimento integral da primeira infância.

Brasil cria 147 mil empregos formais em agosto e mantém crescimento no ano



Em agosto de 2025, o Brasil registrou 147.358 novos empregos formais, resultado de 2.239.895 admissões e 2.092.537 desligamentos. No acumulado do ano, já foram criados 1.501.930 postos, um crescimento de 3,18% em relação a dezembro de 2024. Desde janeiro de 2023, foram abertas 4.635.909 vagas com carteira assinada, totalizando 48.698.182 empregos formais no país.

Os números foram apresentados nesta segunda-feira (29), em Brasília, pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Ao comentar os resultados, o ministro destacou que o Brasil segue registrando crescimento no emprego formal, embora em ritmo mais moderado. Segundo ele, o elevado patamar da taxa básica de juros tem sido um dos principais fatores a limitar a expansão do mercado de trabalho. Luiz Marinho reforçou ainda a importância de reduzir os juros para impulsionar a atividade econômica e, consequentemente, ampliar a geração de empregos.

O saldo de empregos formais em agosto (147.358) superou o registrado em julho (134.251), mas ficou abaixo do mesmo mês de 2024 (239.069). Quatro dos cinco setores da economia apresentaram crescimento, com destaque para Serviços (+81.002 vagas ou +0,34%), seguido por Comércio (+32.612 ou +0,30%), Indústria (+19.098 ou +0,21%) e Construção (+17.328 ou +0,57%).

O emprego formal registrou saldo positivo em 25 estados, com São Paulo liderando a geração de vagas (+45.450), seguido pelo Rio de Janeiro (+16.128) e Pernambuco (+12.692). Quando analisadas as variações percentuais, os destaques foram Paraíba (+1,61%), Rio Grande do Norte (+0,98%) e Pernambuco (+0,82%).

Dos postos de trabalho gerados, 75,1% são

Brasília-DF, 30 de setembro de 2025

considerados típicos e 24,9% não típicos, com destaque para trabalhadores com jornada de até 30 horas por semana (+40.544, principalmente na área de educação) e aprendizes (+20.252).

Matéria completa: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/setembro/brasil-cria-147-mil-empregos-formais-em-agosto-e-mantem-crescimento-no-ano>

Fonte: MTE

Câmara deve votar isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil na quarta

Presidente Hugo Motta quer votar proposta nesta semana. Relatório de Arthur Lira foi aprovado há dois meses em comissão especial.



Pedro Ladeira/Folhapress

A Câmara dos Deputados deve votar na próxima quarta-feira (1º) o projeto que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR). A proposta, relatada pelo deputado Arthur Lira (PP-AL), é considerada prioritária para o governo Lula e pode beneficiar até 16 milhões de brasileiros a partir de 2026. Antes, os líderes partidários devem se reunir para definir outros itens da pauta. Paralelamente, o relator do projeto de anistia, rebatizado por ele de PL da Dosimetria, Paulinho da Força (Solidariedade-SP), continuará conversando com os partidos para elaborar sua proposta.

Paulinho chegou a arelora votação do IR à aprovação, antes, da redução da pena para os acusados de tentativa de golpe, mas foi desautorizado pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que desassociou um assunto do outro e confirmou a data da votação da proposta que alivia as contas de milhões de brasileiros.

O parecer de Arthur Lira, já aprovado por uma comissão especial em julho, estabelece:

- Isenção total para quem ganha até R\$ 5.000 por mês (R\$ 60 mil ao ano).
- Isenção parcial para quem recebe até R\$ 7.350 mensais, ampliando a faixa prevista no texto original do Executivo.

Segundo Lira, a medida deve atingir cerca de 10 milhões de pessoas com isenção integral e outros 5 a 6 milhões com desconto parcial, incluindo 500 mil contribuintes adicionais com a nova faixa de R\$ 7.350.

Impacto e compensação

O custo da renúncia fiscal é estimado em R\$ 25 bilhões por ano. Para compensar, o relatório prevê a taxação de altas rendas, com alíquota progressiva de até 10% para quem ganha mais de R\$ 1,2 milhão por ano.

- Rendimentos acima de R\$ 600 mil anuais passam a ser tributados.
- Dividendos distribuídos até dezembro de 2025, no entanto, ficam livres da taxação.

Além disso, a bancada do PP e outros partidos já apresentaram mais de 50 emendas, entre elas propostas para elevar a tributação de bancos via CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

Após a votação no plenário da Câmara, o texto seguirá para o Senado. O objetivo é garantir a aprovação final até 31 de dezembro, para que as novas regras passem a valer nas declarações do próximo ano.

Arthur Lira diz que não há risco de atraso no calendário. "Nós estamos absolutamente dentro do prazo. Esse é um projeto de responsabilidade fiscal e social, que corrige distorções e dá justiça tributária a quem ganha menos", afirmou.

Disputa política

A proposta cumpre uma promessa de campanha do presidente Lula em 2022 e é vista como peça estratégica para fortalecer o governo na reta final de 2025.

No Senado, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) também aprovou um projeto alternativo, relatado por Renan Calheiros (MDB-AL), que prevê isenção até R\$ 5 mil e alívio fiscal para rendas de até R\$ 7.350. O movimento acirra a disputa entre Renan e Lira, adversários políticos em Alagoas. Como tramitava em caráter terminativo na CAE, a proposta pode ir diretamente para a Câmara, sem necessidade de passar pelo Plenário, caso não seja apresentado recurso para tal.

O debate em torno da isenção do IR deve girar em torno de dois pontos centrais:

- Garantia da isenção para quem ganha até R\$ 5 mil, já vista como consenso.
- Forma de compensação fiscal, que segue como maior impasse entre governo, oposição e setor financeiro.

Com a votação, o Congresso terá até o fim do ano

Brasília-DF, 30 de setembro de 2025

para ajustar o texto e garantir que a mudança chegue à prática já em 2026.

Fonte: Congresso em Foco

"Escala 6x1 é a mais cruel que existe", diz ministro do Trabalho

Luiz Marinho destaca a necessidade de mobilização popular para debater a redução da jornada de trabalho e a saúde mental dos trabalhadores.



Ministro do Trabalho defendeu jornada de 40h semanais e melhoria das condições trabalhistas. Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Em entrevista concedida ao programa "Bom Dia, Ministro", o Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, enfatizou a necessidade de engajamento da população junto ao Congresso Nacional para que a extinção da jornada de trabalho 6x1 seja amplamente debatida e, posteriormente, aprovada.

O ministro ressaltou a complexidade da tramitação de pautas trabalhistas no Congresso, conclamando a sociedade a reconhecer essa dificuldade e a exercer pressão para que as demandas da classe trabalhadora sejam atendidas. Segundo Marinho, "a escala seis por um é a jornada mais cruel que existe, especialmente para as mulheres. Então, é momento de renovar".

Marinho argumentou que o país está preparado para uma redução da jornada laboral. Ele mencionou exemplos de outras nações que já aboliram o sistema 6 x 1, expressando o desejo do governo brasileiro por um desfecho positivo nessa questão. O ministro defendeu também a adequação da jornada máxima de 44 horas semanais para 40 horas, enfatizando a importância da mobilização contínua dos movimentos sociais.

Durante o programa, Marinho abordou a temática da saúde mental dos trabalhadores, destacando a disparidade entre empresas que investem no bem-estar de seus funcionários e aquelas que ainda negligenciam essa questão. Marinho defendeu a equiparação das condições de trabalho, visando a promoção da saúde da população e o aumento da produtividade. Ele ressaltou que "um bom ambiente

de trabalho ajuda a resolver muitos problemas. Ajuda a evitar acidentes, a diminuir o absenteísmo".

Por fim, ele expressou preocupação com o enfraquecimento dos sindicatos, conclamando os trabalhadores a se unirem e fortalecerem suas representações para negociarem melhores condições de trabalho e remuneração. Ele ponderou que "os sindicatos estão bastante enfraquecidos. É importante que os trabalhadores compreendam a necessidade de participar dos seus sindicatos, de filiar os seus sindicatos, fortalecer o seu sindicato, para poder representar melhor na mesa de negociação".

Fonte: Congresso em Foco



O Sindicato e as Novas Dimensões: Atores, Organizações e Trabalho no Século XXI

30.SET
14h

Online: youtube.com/@iea-usp

Presencial: Sala Alfredo Bosi, Rua da Praça do Relógio, 109, São Paulo

Inscrições: iea.usp.br/ eventos/ sindicato- dimensoes- seculo-xxi

ABERTURA

René Mendes (coordenador do Observatório/IEA-USP)

PALESTRANTES

Elaine Nassif (procuradora aposentada do MPT)

Antonio Carlos Aguiar (advogado e doutor em direito do trabalho pela PUC-SP)

COORDENAÇÃO E MEDIAÇÃO

Silvana Liberto Alves Maia (advogada trabalhista e professora, integrante do Observatório/IEA-USP)

DEBATE

Patrick Maia Merisio (procurador do trabalho do MPT-PR2 e IEA-USP)

O seminário discutirá estratégias eficazes sobre o papel dos sindicatos e organizações sociais nas conjunturas econômica, social, cultural, ambiental e da saúde. Serão abordados temas como "sindicato e coletivos sociais" e "modelos sindicais para o mundo do trabalho platformizado". O evento busca estimular a participação ampla, com ênfase para o protagonismo da classe trabalhadora, e obter subsídios para a (re)construção do direito coletivo e sindical do trabalho.

ORGANIZAÇÃO

Observatório do Trabalho e da Classe Trabalhadora do IEA-USP

Inscrição:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdIFnseMcVWV8dXfz2Ldg568hZfGjG0ry_mTz6KdlaFi_lceQ/viewform